

IMPORTÂNCIA DA LIBRAS PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SURDA

Gabriela Gomes Leão, (Departamento de Psicologia, FAMMA, Maringá-PR, Brasil); Eliane da Costa Lima (Departamento de Psicologia, FAMMA, Maringá-PR, Brasil).

contato:gabriela.leao.adm@gmail.com

RESUMO

O uso do termo deficiência auditiva é considerada por alguns teóricos como uma diminuição do potencial do indivíduo surdo, por essa razão, o termo correto a ser usado é surdez. A surdez sempre foi alvo de preconceitos e de dificuldade de comunicação e relacionamento interpessoal para os indivíduos surdos. A língua de sinais é a comunicação apropriada e legítima do surdo e contribui para a sua identidade. Esta pesquisa é bibliográfica e traz considerações a respeito da importância do uso da LIBRAS para que ocorra a construção da identidade surda.

PALAVRAS-CHAVE: Surdez. Identidade Surda. Libras.

INTRODUÇÃO

A ausência da audição no indivíduo é cercada por preconceitos e dificuldade de interação social. Segundo Vigotski (2001 apud LACERDA, 2006), a atividade psíquica do sujeito é regulada pela linguagem, pois ela estrutura os processos cognitivos. Será por intermédio das relações sociais que iremos adquirir a linguagem e nos constituir como pessoas. A sociedade pensa e se comunica de forma oral, o que dificulta a inclusão do surdo no trabalho, na escola e nas relações interpessoais. O ouvintismo representando por um poder dominante em relação à surdez, corroborando para o preconceito e dificultando a constituição do sujeito surdo.

A língua de sinais constitui como a linguagem própria para os surdos e além da finalidade de fazer a comunicação, contribui fortemente para a construção da identidade surda. Os primeiros sinais foram realizados nos mosteiros da Idade Média, no Brasil a primeira escola para surdos foi criada durante o império de Dom Pedro II, entretanto, o Brasil passou a enxergar a necessidade da inclusão da surdez depois da Declaração de Salamanca.

A SURDEZ

A audição permite ao indivíduo um alerta do que está acontecendo ao seu redor, quando há deficiência auditiva, além dessa perda, o sujeito tem dificuldade na linguagem, em se comunicar. O mundo é muito sonoro e se temos uma audição perfeita, não precisamos ficar na frente da pessoa que está falando para ouvirmos. Podemos simular certas deficiências com o intuito de experienciar, como por exemplo, colocar vendas nos olhos e tentar se locomover, entretanto, não conseguimos fechar os ouvidos, o máximo que conseguimos chegar perto, é assistir televisão sem som, porém, não é a mesma sensação de uma pessoa surda (AMIRALIAN, 1986).

Segundo Levine (1962 apud AMIRALIAN, 1986), a aprendizagem da linguagem para um surdo congênito é a mais difícil para um ser humano.

À criança portadora de uma grave deficiência auditiva falta muito mais que a capacidade para ouvir os outros e adquirir linguagem. Implica, além do empobrecimento dos meios informativos, uma restrição da motivação da criança e todo um prejuízo em suas relações afetivas (AMIRALIAN, 1986, p. 21).

Os deficientes auditivos são classificados em dois tipos: surdos e hipoacústico. Esses grupos são heterogêneos e há subdivisões. São usados três critérios para a caracterização: grau da deterioração da audição, a idade em que ocorreu e a natureza da perda. Há diferença de características entre quem não aprendeu a linguagem e ficou surdo para com aquele que perdeu a audição após adquirir a linguagem (AMIRALIAN, 1986).

A surdez é definida pela Conference of Executives of American Schools for the Deaf (CEASD) como:

[...] “um termo genérico que indica um distúrbio de audição variando de uma severidade média a profunda”. E inclui subgrupos de “surdez” e “hipoacusia”. A pessoa surda é considerada “aquela cujo distúrbio de audição impede o sucesso do processamento de informações linguísticas através da audição, com ou sem aparelhos de amplificação sonora”. A pessoa hipoacústica pode ser vista como “aquela que, geralmente, com o uso de aparelhos de audição, tem um resíduo auditivo suficiente para possibilitar o sucesso do processamento de informações linguísticas através da audição” (AMIRALIAN, 1986, p. 22 grifo da autora).

Segundo Amiralian (1986), há outro tipo de classificação que leva em consideração o grau da surdez, a habilidade linguística e a possibilidade de educação, sendo os três primeiros hipoacústicos e os dois últimos surdos:

Anais XVII Semana de Psicologia da UEM e IX Seminário de Pesquisa
da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
Saúde mental: as dimensões políticas da Psicologia – 24 a 27 de outubro
de 2016

1. Perdas benignas: 20-30 decibéis. Os indivíduos que possuem esse grau de deficiência conseguem aprender a linguagem por meio da audição de forma comum e conseguem acompanhar o ensino regular com professores especializados supervisionando.

2. Perdas marginais: 30-40 decibéis. A pessoa tem dificuldade de ouvir a distância e de acompanhar uma conversa em grupo. Todavia, aprenderam a falar através da audição e conseguem estudar em um ensino regular, mas com supervisão.

3. Perdas moderadas: 40-60 decibéis. A aprendizagem da linguagem só ocorre através da amplificação da audição e ajuda da visão. A integração no âmbito escolar é parcial, ou seja, algumas atividades conseguem acompanhar os alunos ouvintes, outros apenas com atendimento especial.

4. Perdas graves: 60-75 decibéis. A fala só é conseguida por meio de técnicas especiais. A integridade total é muito difícil de ocorrer, necessitando em muitos casos de atendimento especializado.

5. Perdas profundas: acima de 75 decibéis. Com raridade conseguem aprender a linguagem através da audição e precisam de recursos especializados. Outra grande dificuldade é a integração educacional, normalmente necessitam de educação especializada, como classes especiais e escolas especializadas.

É importantíssimo saber a natureza da perda da audição se é condutiva (imperfeição orgânica que acontece no ouvido médio ou externo) ou neuro-sensorial (quando acontece no ouvido interno ou nervo auditivo), pois as pessoas com perda auditiva condutiva tem uma probabilidade maior de ajuda com aparelhos de amplificação de sons (AMIRALIAN, 1986).

A construção dos conceitos e conhecimento acerca do mundo é proporcionada através da linguagem, no caso da criança surda, pela língua de sinais, sendo assim, quanto mais cedo ela obter contato com essa língua, melhor será para sua constituição de sujeito surdo (SCHEMBERG; GUARINELLO; MASSI, 2012). Em 1990, houve a Declaração Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, e em 1994, houve a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, em Salamanca, na Espanha; o Brasil concordou com ambas e resolveu construir um sistema educacional inclusivo (BRASIL, 2001). A partir desse período, foram promulgadas leis e resoluções que garantissem o direito à educação especial com o intuito da inclusão, proporcionando uma Educação Básica com professores especializados e com intérpretes, como podemos observar

Anais XVII Semana de Psicologia da UEM e IX Seminário de Pesquisa
da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
Saúde mental: as dimensões políticas da Psicologia – 24 a 27 de outubro
de 2016

na Resolução Nº 2 de 11 de setembro de 2001 (BRASIL, 2001). A Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, reconheceu legalmente a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como comunicação e expressão, caracterizada por,

[...] sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria,
[...] sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de
pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

O Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei citada anteriormente, estabelece que os cursos de graduação de licenciatura, Fonoaudiologia e cursos voltados ao magistério tenham disciplina de Libras como obrigatória, para as demais áreas, ela será optativa (BRASIL, 2005). Mas, ao se falar em inclusão do indivíduo surdo, encontramos algumas barreiras, como as adaptações curriculares e principalmente as lingüístico-discursivas, as quais ocorrem no ambiente familiar, escolar e social (SCHEMBERG; GUARINELLO; MASSI, 2012).

LIBRAS

Foi no contexto religioso que instituiu a educação do surdo, no século XX houve ações missionárias para os surdos que tinham publicações de manuais de língua de sinais de diversas dominações cristãs, como por exemplo, Igreja Católica e Igreja Batista (SOFIATO, 2005 apud REILY, 2007).

Segundo Umiker-Sebeok e Sebeok (1987 apud REILY, 2007), foram criados sistemas sinalizados para se comunicar, por razões diversas:

1. para viabilizar comunicação à distância, por profissionais como acrobatas, atletas, leiloeiros, marinheiros, motoristas de caminhão e topógrafos, entre outros;
2. para possibilitar comunicação em espaços com alto nível de ruído, por bombeiros, mecânicos, profissionais de aviação, de serrarias, da bolsa de valores etc.;
3. quando é preciso transmitir informações sigilosas, por atletas, criminosos, militares, escoteiros, por exemplo;
4. pela necessidade de manter silêncio, por regentes de orquestra, mergulhadores, religiosos de mosteiros (REILY, 2007, p. 3).

Anais XVII Semana de Psicologia da UEM e IX Seminário de Pesquisa
da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
Saúde mental: as dimensões políticas da Psicologia – 24 a 27 de outubro
de 2016

Esses sistemas sígnicos citados acima são modalidades linguísticas espaço-gestuais, porém, dependem da linguagem oral. Segundo Umiker-Sebeok e Sebeok (1987 apud REILY, 2007), há duas modalidades de linguagem de sinais: línguas de sinais primárias e linguagem de sinais alternativa. As línguas de sinais primárias são usadas como meio principal de comunicação para um determinado grupo, como por exemplo, Libras¹. Já a linguagem de sinais alternativa é criada por falantes e ouvintes com o intuito de ser usada para ocasiões especiais ou em momentos que não pode ocorrer à fala (REILY, 2007).

Tanto a linguagem falada quanto a linguagem gestual são dinâmicas. Contudo, a linguagem gestual dificulta sua representação (seus desenhos) e seu registro, pois, ela se modifica de acordo com a demanda social. Rée (2000 apud REILY, 2007), contribui ao afirmar quem não há um sistema eficiente que possa representar graficamente a reprodução das linguagens de sinais em espaços ou tempos distantes. O primeiro registro dessa representação ocorreu na Idade Média, tinham como objetivos a instrução e as missões, entretanto, a dificuldade era enorme, devido a vários fatores, como a imprecisão de demonstrar “[...]a tridimensionalidade, o movimento, a expressividade dos sinais e sujeitá-los a um sistema de representação gráfica compreensível” (REILY, 2007, p. 4).

Segundo Reily (2007) foi no período do final do século III e início do século IV que surgiu o monasticismo, Santo Antônio fundou para os eremitas com um sistema solitário e São Pacômio criou os mosteiros com sistema comunitário. Estas comunidades monásticas abrigavam noviços, artesão e trabalhadores de diversos tipos que pudessem contribuir para serem auto-suficientes, porém, com a simplicidade a qual a comunidade idealizava. Conforme houve o crescimento dos mosteiros, o estabelecimento de normas para convivência e trabalho, tornou-se imprescindível, dentre essas normas, destacamos o voto do silêncio, que tinha sua justificativa pautada na promoção da oração e reflexão (WALKER, 1985 apud REILY, 2007).

Reily (2007) contribui ao dizer que para o mosteiro oriental de São Basílio Magno, os noviços precisavam se distanciar dos costumes passados e os mosteiros acreditavam que o silêncio era uma forma de purificação que lhes ensinariam uma nova forma de vida. Os mosteiros do ocidente que foram estabelecidos por São Bento também praticavam o silêncio em suas atividades laborais cotidianas, para fluir melhor a comunicação nesta situação, surgiu uma linguagem de sinais manuais, o qual foi oficialmente adotados nos mosteiros. Banham

¹ Língua Brasileira de Sinais.

Anais XVII Semana de Psicologia da UEM e IX Seminário de Pesquisa
da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
Saúde mental: as dimensões políticas da Psicologia – 24 a 27 de outubro
de 2016

(1991 apud REILY, 2007) relata que fizeram registros, com o intuito de instrução, desse sinais monásticos, assim permitiram uma a transmissão intramosteiro (para novos noviços) e extramosteiro (como apoio para novos agrupamentos e manter a coesão entre as comunidades).

Os sinais manuais eram baseados de acordo com a familiaridade com o objeto, e podia modificar em cada mosteiro, não havia algo padronizado. A *Monasteriales Indicia* é um documento produzido em inglês arcaico, que data entre 910 a 1000 d.C, que contem 127 sinais descritos verbalmente, entretanto, não há indícios de um alfabeto manual nesta obra, desta forma, acreditasse que os alfabetos manuais monásticos tiveram uma criação independente das listagens de sinais (REILY, 2007).

Eriksson (1993 apud REILY, 2007) relata algumas formas que os monges utilizaram para fazer uma associação de sinais, uma delas é a utilização de numerais romanos em formas de desenhos manuais que poderiam representar letras, esse sistema tem procedência oriental arcaica com lógica interna. Em 1563, foi publicado um método com o intuito de fazer associação da letra do alfabeto com a primeira letra do corpo humano, podemos citar como exemplo: “[...] *Auris* (orelha) = A; *Barba* = B; *Caput* (cabeça) = C; *Dentes* = D” (REILY, 2007, p. 8). Todavia, não há notícias de que chegaram a usar esse método na educação dos surdos, para Eriksson esse sistema fracassou devido aos religiosos considerarem uma exposição ao corpo, e também pela dificuldade de correlacionar todo o alfabeto com as partes do corpo (REILY, 2007).

Segundo Martins (1987 apud REILY, 2007), os sinais monásticos tinham como base a mímica, por exemplo, o sinal que representava a mulher era colocar o dedo indicador na testa e arrastá-lo de uma sobrancelha a outra, esse símbolo representava a faixa que as mulheres casadas usavam na cabeça.

A língua de sinais constituída por surdos e a monástica são completamente diferente. Primeiramente,

[...] a base linguística dos monges era a língua oral, e os sinais funcionavam como substitutos e complementos de sentidos subentendidos da oralidade. As listas monásticas arcaicas que examinamos são compostas prioritariamente por substantivos (nomes das coisas); contêm poucos pronomes, verbos, adjetivos e advérbios e não constam quaisquer preposições ou conjunções. Os sinais monásticos eram utilizados em situações de trabalho manual, em que o contexto garantiria a compreensão dos sentidos, para casos de ambiguidade. Para os surdos, no entanto, a língua de sinais conquista *status* de língua, com uma gramática própria, relacionada à lógica dos movimentos e ao complemento da expressão facial e corporal que

Anais XVII Semana de Psicologia da UEM e IX Seminário de Pesquisa
da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
Saúde mental: as dimensões políticas da Psicologia – 24 a 27 de outubro
de 2016

integram os sentidos. Eles desenvolvem coordenação, agilidade e fluência na interação linguística (REILY, 2007, p. 12).

O autor mencionado anteriormente ainda contribui ao afirmar que neste período da Idade Média, os loucos recebiam abrigo por alguns dias nos mosteiros, neste local eles eram alimentados, vestidos, tosados e depois tinham que se retirarem. Acreditasse que os surdos faziam parte desses grupos e ao entrarem em contato com os sinais monásticos, se apropriavam deles para usarem como repertório linguístico. (SOUTHWORTH, 1998 apud REILY, 2007). Há relatos de que o bispo John, que era considerado um homem santo, a guisa de esmola conseguiu curar um mudo², com exceção de anedotas como estas, não há registros de que indivíduos surdos de classe popular viviam por um período prolongado nos mosteiros beneditino. Para Coulton (1913 apud REILY, 2007) é irreal o fato das escolas monásticas aceitarem qualquer criança pobre (tanto ouvinte quanto surda), as crianças que eram aceitas provinham da nobreza, e mesmo assim, eram raras – os ensinamentos eram dirigidos aos: noviços, oblatos (meninos monges) e as crianças prometidas à Igreja. O sistema monástico passou a educar as crianças seculares, sem a intenção de instruí-las para uma função religiosa, após o Concílio de Trento.

Pedro Ponce de León (1520-1584), um monge beneditino, é considerado o primeiro professor de surdos, desenvolveu um trabalho com os filhos surdos da aristocracia espanhola; este monge foi considerado *anjo da guarda* dessas crianças, e esse fato é que marca o encontro histórico dos sinais monásticos com os sinais dos surdos (PLAN, 1997 apud REILY, 2007).

O trabalho de Ponce de León foi reconhecido nacionalmente, havendo outros nobres com filhos surdos que deveriam ser educados para que pudessem assumir seu papel de herdeiros. Grande parte dos registros de sua metodologia perdeu-se, mas sobraram descrições de terceiros e uma folha manuscrita pelo próprio monge apresentando-a. Por esses fragmentos, Plann deduziu que os sinais beneditinos foram utilizados no início, complementados talvez pelos sinais caseiros dos irmãos Velasco. Ponce de León trabalhou com rótulos – nomes escritos pregados em tudo; o monge indicava as palavras escritas aos seus pupilos, associando a escrita à pronúncia da palavra (REILY, 2007, p. 14).

No Brasil, a primeira escola para surdos-mudos teve a influência de Huet, que em 1855, por meio de um relatório francês apresentado ao imperador D. Pedro II, demonstrou seu interesse pelo auxílio do governo para a criação de um colégio que proporcionasse educação para os surdos que advinham de famílias pobres. Desta forma, em primeiro de janeiro de 1856,

² Nesta época o deficiente auditivo era considerado mudo e não surdo.

inaugura o Collegio Nacional para Surdos-Mudos, que abrangiam ambos os sexos. no ano de 1875, que Flausino José da Costa Gama produziu um documento intitulado *Iconografia dos Signaes dos Surdos-Mudos* que visava a aprendizagem e sinais manuais para as pessoas que quisessem se comunicar com os surdos (SOFIATO; REILY, 2012).

Atualmente, na cidade de Maringá-PR temos a Associação Norte Paranaense de Áudio Comunicação Infantil (Anpacin), que foi criada em 1981, e é mantida pelo governo municipal e estadual, localizada no campus da UEM, bloco J13. A instituição é um centro educacional bilíngue para surdos, pois trabalha com a língua de sinas, estão sendo atendidos 48 alunos de educação infantil e ensino médio. Os alunos são formados em instrutores de Libras, podendo dar aula ou serem intérprete da língua, além de estarem preparados para fazerem uma graduação. São ofertados cursos complementares no período da tarde, como: dança, teatro, aula de Libras para comunidade e familiares, informática e projetos socioassistenciais (MARINGÁ, 2015).

IDENTIDADE SURDA

A língua de sinais foi criada, desenvolvida e transmitida pelos surdos, por geração em geração, possuem modalidade de recepção e produção visogestual. A diferença entre a língua de sinais e a oral está na forma de transmissão e recepção da capacidade mental da linguagem. A criança surda precisa ter o convívio com seus pares para que haja uma identificação (SCLIAR, 2012). Segundo Hall (1997 apud PERLIN, 2012), encontramos na história a existência de três conceitos para a identidade: iluminista, visava a perfeição do ser humano; sociológico, se refere as identidades que são construídas pelas representações sociais; e modernidade tardia, são as identidades fragmentadas. Utilizamos o último conceito para caracterizar os indivíduos surdos. A construção da identidade é móvel, em constante transformação, o que leva a pessoa à diferentes posições. A identidade pós-estruturalista assume as seguintes formas:

- as identidades são contraditórias, se cruzam, se deslocam continuamente;
- as contradições cruzam grupos políticos ou mesmo estão na cabeça de cada indivíduo;

Anais XVII Semana de Psicologia da UEM e IX Seminário de Pesquisa
da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
Saúde mental: as dimensões políticas da Psicologia – 24 a 27 de outubro
de 2016

- nenhuma identidade social pode alinhar todas as diferentes identidades como uma identidade mestra;
- a erosão da identidade mestra faz emergir novas identidades sociais pertencentes a uma base política definida pelos novos movimentos;
- a identidade muda de acordo como o sujeito é interpelado;
- a identidade cultural é formada por meio do pertencimento a uma cultura (PERLIN, 2012, p. 53).

A identidade surda se constrói com o encontro do indivíduo surdo com outros surdos, podemos observar essa relação no seguinte depoimento:

Aquilo no momento do meu encontro com os outros surdos era o igual que eu queria, tinha a comunicação que eu queria, aquilo que identificava eles identificava a mim também, e fazia ser eu mesma, igual (PERLIN, 2012, p. 54).

O sujeito surdo é estereotipado, o que faz aumentar o preconceito e a discriminação, eles fazem parte de movimentos marginalizados; o discurso ouvinte é que detém o poder de corroborar e controlar esses estereótipos (PERLIN, 2012). De acordo com a história, os surdos sempre foram considerados inferiores socialmente, devido ao fato de não possuírem uma linguagem oral de fácil compreensão, por essa razão, eles eram considerados seres humanos inferiores. A língua de sinais sempre sofreu preconceitos e era considerada uma mera mímica gestual. Devido ao fato da exclusão social e profissional que os deficientes auditivos ainda são acometidos, podemos perceber que a linguagem ainda é um fator de discriminação, sendo assim, a grande diferença que separa os surdos dos ouvintes, é a linguagem oral (SANTANA; BERGAMO, 2005).

A importância da língua de sinais vai além de ser um meio de auto-suficiência e do sentimento de pertencer a um determinado grupo, traz também uma característica da humanidade, que é essencial a todos os homens: a linguagem. A sociedade é responsável por fazer a segregação entre os grupos humanos, pois todos os comportamentos dos indivíduos são indissociados à cultura a qual ele pertence, desta forma, as normas sociais determinam como a surdez deve ser vista (SANTANA; BERGAMO, 2005).

Levando em consideração a posição social dos surdos, viu-se a necessidade da inclusão do deficiente auditivo nas minorias sociais, portanto, surgiu a criação da cultura e identidade surdas, como forma de redução da discriminação dessas pessoas. Assim, passa a mudar o olhar na patologia dessas pessoas, tanto de nomenclatura quanto de conceito, no qual o termo deficiente auditivo deixa de ser usado, passasse a empregado o termo surdo ou Surdo.

Anais XVII Semana de Psicologia da UEM e IX Seminário de Pesquisa
da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
Saúde mental: as dimensões políticas da Psicologia – 24 a 27 de outubro
de 2016

“Antes, os surdos eram considerados deficientes e a surdez era uma patologia incurável. Agora, eles passaram a ser ‘diferentes’” (SANTANA; BERGAMO, 2005, p. 3).

Ao passar a compreender a língua de sinais como língua, obtém-se repercussões linguísticas, cognitivas e sociais. Para ser normal é imprescindível que se tenha uma língua que possa ser praticada em todas suas funções, como por exemplo: comunicação, pensamento e aprendizagem. Portanto, quando é determinado que a língua de sinais é a língua do surdo, ele deixa de ser anormal (SANTANA; BERGAMO, 2005).

O uso da língua de sinais constitui a identidade surda, pois através dela ampliam-se as possibilidades de interação com os demais.

Ao tomar a língua como definidora de uma identidade social, ainda que se leve em conta as relações e os conflitos relativos às distintas posições ocupadas por grupos sociais, enfatiza-se o seu caráter instrumental. Assim, sua natureza, ou sua significação social, passa a ser creditada às interações sociais às quais está ligada. Dessa forma, para alguns autores a identidade está relacionada tanto aos discursos produzidos quanto à natureza das relações sociais (SANTANA; BERGAMO, 2005, p. 4).

A construção da identidade surda está relacionada a possibilidade que essa língua de sinais os torne falantes perante o mundo, ou seja, é através das práticas discursivas e sociais que ela é constituída (SANTANA; BERGAMO, 2005).

Há estudos relacionados à surdez que vêm tratando esse tema de uma outra forma, como se a identidade fosse constituída apenas a partir de dois pólos: o dos ouvintes e o dos surdos. A identidade é constituída sempre em relação a um determinado grupo ao qual se pertence, diferenciando-se de um outro, com o qual se estabelece uma relação de caráter negativo, ou seja, por oposição a ele. Com isso, a construção da identidade baseia-se num processo de “associação” a um determinado grupo, e de “dissociação” com relação a outros grupos (SANTANA; BERGAMO, 2005, p. 7).

A construção da identidade surda ocorre dentro da cultura visual e é multicultural. Perlin (2012) nos traz cinco tipos de identidades surdas. **Identidades surdas:** se refere aos surdos que usam a experiência visual, criando assim, dentro da cultura um espaço cultural visual. O surdo precisa estar em contato com outro surdo para construir essa identidade (PERLIN, 2012). O relato a seguir exemplifica o que significa para o surdo essa identidade:

Se há festas de família, é natural o surdo procurar o semelhante surdo. Se na festa não há um semelhante surdo, a tendência é fugir para ir ao encontro do surdo onde quer que ele esteja. Somos assim. Algo atraí por ser melhor. Juntos é melhor. A

Anais XVII Semana de Psicologia da UEM e IX Seminário de Pesquisa
da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
Saúde mental: as dimensões políticas da Psicologia – 24 a 27 de outubro
de 2016

maioria surda sempre está junto. Estar com os amigos surdos é sentir que se tem este parentesco. É um parentesco virtual. Isto porque chegamos na profundidade de nossas relações de semelhantes. Uma semelhança forte que nos mantém vivos, unidos. Se acontecer visitas entre nós ficamos horas falando de tudo que é possível. Na família o ouvinte intervém, geralmente o pai, a mãe, os irmãos. Ficam ansiosos em relação ao tempo gasto nessa forma de comunicação. Nossa comunicação é uma forma de transmitir fatos, de compreendê-los, de valorizá-los na semelhança, no descompasso (PERLIN, 2012, p. 63).

Identities surdas híbridas: se refere aos indivíduos que nasceram ouvintes e tornaram-se surdos. Por essa razão eles compreendem a língua falada, por isso, conseguem captar a mensagem visual, transformá-la primeiramente na língua oral e depois para Libras. As pessoas com essa identidade possuem duas línguas, mas a identidade surda se sobressai (PERLIN, 2012). Vejamos o depoimento de Perlin a respeito da sua identidade:

Isso não é tão fácil de ser entendido, surge a implicação entre ser surdo, depender de sinais, e o pensar em português, coisas bem diferentes que sempre estarão em choque. Assim, você sente que perdeu aquela parte de todos os ouvintes e você tem pelo meio a parte surda. **Você não é um, você é duas metades** (PERLIN, 2012, p. 64 grifo nosso).

Identities surdas de transição: se refere aos surdos que ficaram presos na hegemônica ouvinte e depois passaram a ter contato com a comunidade surda, muito comum com os filhos surdos de pais ouvintes. Ao terem essa transição para a comunidade surda, eles passam por uma desouvintização e passam a ter uma experiência mais visual (PERLIN, 2012).

Identidade surda incompleta: são os surdos que vivem a ideologia ouvintista, tentam reproduzi-la em suas vidas. Ocorre por querer evitar esse contato ou pelo estereótipo, podemos citar como exemplo casos de surdos que não puderam ter contato com outros surdos por decisão da sua família (PERLIN, 2012). O depoimento abaixo exemplifica a situação dessa identidade:

Tenho uma amiga que não procuro muito. Tem alguns restos auditivos. Usa aparelho de audição. Ela não se aceita como surda. Ela não quer estar no mundo dos surdos e tudo faz para ser oralizada. Tem poucos amigos. Quando ela foi para o ensino médio não gostava de minhas Libras, me pedia para falar, o que jamais consenti. Notei que já nos primeiros dias fez amizade com uma colega. Elas ficaram juntas e conversaram, mas isso não durou muito, pois a colega ouvinte deixou-a por outra. Dessa vez sentiu-se desanimada com a experiência. A colega não entendia bem a fala e ela não conseguia compreender bem a colega. Na verdade minha amiga não tem boa voz, é uma voz muito mal articulada porque a colega ouve mal. Ela

Anais XVII Semana de Psicologia da UEM e IX Seminário de Pesquisa
da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
Saúde mental: as dimensões políticas da Psicologia – 24 a 27 de outubro
de 2016

também não conhece sinais. **A sua vida parece oscilar como um pêndulo entre surdos e ouvintes, não consegue ter amigos** (PERLIN, 2012, p. 65 grifo nosso).

Identities surdas flutuantes: se refere ao local da vivência dos surdos e a manifestação da hegemonia ouvinte. Pode ser o indivíduo que quer ouvir a todo custo e rejeita sua condição surda, mas também o indivíduo pode ter sido colocado nessa situação pela pressão social, pois precisa ser aceito e conseguir trabalho (PERLIN, 2012). Podemos entender melhor essa identidade e a pressão que o surdo sofre no seguinte depoimento:

Quando acabei a quinta série fui para uma escola de ouvintes. Não havia nada que eu pudesse fazer. Meus pais moravam no interior e eu precisava continuar a estudar. Na escola os ouvintes vinham até mim e falam. Eu sentia apenas raiva e vergonha. Tudo era ditado pelos professores. Os colegas escreviam, nada ia ao quadro. Como escrever? Eu como surda aguentava minha diferença. Chegando em casa chorava todos os dias, chorava desabafando minha raiva. Por que eu era surda? O que tinha que eu não era como os outros? Eu dava o máximo de mim. Mamãe me acalmava e eu percebia que às vezes chorava junto. Vezes houve que ela ia à escola e falava para os professores ficarem de frente, para mim poder ler os lábios, usar o quadro, providenciava um colega, para sentar junto para que eu pudesse copiar tudo. Havia fofocas e risinhos. Eu precisava de paciência, achava terrível. Mamãe sempre incentivando, apesar de tudo. Eu queria largar, sempre, queria largar a escola. Neste tempo fui para outro colégio. Houve interesse e os colegas começaram a aprender comunicação em Libras. Foi mais calmo... De meu ponto de vista a escola de ouvintes é ruim para fazer amizades, para estabelecer relação. Falava a minha mãe por que eu sou surda? Só Deus sabe. Finalmente retornei à escola de surdos (PERLIN, 2012, p. 66).

Segundo Perlin (2012), a estrutura da cultura ouvinte é baseada em signos auditivos, até mesmo a escrita. Por essa razão o surdo não consegue entendê-la por completo, pois são os signos visuais utilizados por ele para a comunicação. A escrita exige muito esforço para o surdo, usando como método o pensamento visual da escrita, porém, sua escrita não tem como ser comparada ao do ouvinte. Podemos identificar essa dificuldade no depoimento abaixo:

Escrevo numa língua que não é minha. Na escola fiz todo esforço para entender o significado das palavras usando dicionário. São palavras soltas elas continuam soltas. Quando se trata de pô-las no papel, de escrever meus pensamentos, eles são marcados por um silêncio profundo. Eu preciso decodificar o meu pensamento visual com palavras em português que tem signos falados (PERLIN, 2012, p. 57).

Os estereótipos são responsáveis por marcar os discursos ouvintes, ditando o que deve ser falado e o que deve ser silenciado. O discurso surdo é uma resistência a esta dominação, busca a autonomia, contesta e rompe com as práticas impostas pelo ouvintismo (PERLIN,

Anais XVII Semana de Psicologia da UEM e IX Seminário de Pesquisa
da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
Saúde mental: as dimensões políticas da Psicologia – 24 a 27 de outubro
de 2016

2012). Frequentemente obtemos relatos de surdos dizendo que não se sentem bem, que não se sentem iguais quando estão com os ouvintes, mesmo se esses ouvintes são sua família, como podemos observar nesse relato:

É nesse sentir-se rejeitado em comunicação que nos faz sentir-se mal em família. Não há um sentir-se igual. É impossível ser feliz num clima desses. É o exílio do silêncio a que estamos sujeitos. Sujeitos a sermos devotados aos ouvintes e sem esperança... Eu percebo, é claro que a minha vida deve ser feita em outro grupo, com os surdos. Angústia é esse sentimento. É preciso reconquistar o espaço que nos tiraram. Na verdade é uma perda angustiante. Nossa presença entre ouvintes não é legal (PERLIN, 2012, p. 58 e 59).

Para Perlin (2012), pode-se explicar o ouvintismo como a relação de posição superior e de poder da pessoa ouvinte em relação à pessoa surda. “Academicamente esta palavra – ouvintismo – designa o estudo do surdo do ponto de vista da deficiência, da climatização e da necessidade de normalização” (PERLIN, 2012, p.59). Há três formas de ouvintismo: tradicional, natural e crítico. O ouvintismo tradicional se refere a situação condicionante que os ouvintes colocam os surdos de forma que estes não tem outra saída a não ser seguir o modelo de identidade ouvinte. É a identidade ouvintista mais forte e não permite de forma a desenvolver sua identidade. O depoimento a seguir aborda essa prática do ouvintismo tradicional:

A ideologia do ouvintismo, diante do problema do surdo estabelece logo que o melhor para o surdo é ser como o ouvinte; assim, lhe propõe em primeiro momento a aprendizagem da fala, o uso de aparelhos sofisticados para a audição, o estudo somente em português, tiram qualquer acesso aos sinais, sem sentir o que nós surdos sentimos no profundo de nós mesmos. Surdo já conhece muito por sinais, sabe por sinais. Se o ouvinte tirar tudo isso, o surdo começará apenas a colocar as coisas na mente, sentir-se engolindo, fechando, guardando muitas ameaças contra sua identidade surda e esforçando-se ao máximo para ser como o ouvinte (PERLIN, 2012, p. 60).

O ouvintismo natural prega a igual entre surdos e ouvintes, reconhece alguns pontos da cultura surda, mas ainda coloca o surdo na cultura ouvinte, pois o uso de Libras é permitido em algumas ocasiões. Quanto ao ouvintismo crítico, há uma posição solidária, ele “[...] admite a possibilidade de alteridade, do diferente ‘surdo’, identidade e autonomia linguística” (PERLIN, 2012, p. 61 grifo da autora).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade é ouvinte, tanto em sua linguagem quanto em pensamento, o que torna difícil a comunicação para quem tem surdez. A perda da audição irá trazer alguns sofrimentos para o indivíduo surdo, pois a sociedade os enxergam como pessoas inferiores, o que tem fortes consequências em sua educação, no mercado de trabalho e nas relações interpessoais. O Brasil passou a ver a necessidade da inclusão após a Declaração de Salamanca.

A comunicação do surdo é através da língua de sinais, a qual é visogestual, por essa razão, por mais que um surdo se esforce, seu pensamento e linguagem não será igual de uma pessoa ouvinte; até mesmo pessoas que perderam a audição depois de aprenderem a linguagem oral relatam a dificuldade de transformar a linguagem visual para a linguagem oral que eles aprenderam anteriormente.

A Libras constitui-se como uma língua própria para os surdos, é garantido por lei que os indivíduos surdos e familiares tenham acesso ao seu aprendizado de forma gratuita e que cursos de graduação de licenciatura e Fonoaudiologia ensinem a disciplina de Libras como obrigatória e não optativa. Outra garantia da lei é em relação ao direito do indivíduo surdo a um intérprete em qualquer série que esteja cursando, seja pública ou privada.

Para a construção da subjetividade e da cognição é de suma importância que o ser humano se veja em um grupo, no qual possa se relacionar, sentir-se aceito e pertencente ao mesmo. Por essa razão é imprescindível que o surdo tenha contato com outros surdos, e a Libras corrobora nesse processo de elaboração da identidade surda. Todavia, o ouvintismo é uma barreira que deve ser vencida, pois sua existência proporciona mais preconceito aos surdos. Ao usar a Libras o sujeito surdo tem uma autonomia, se reconhece como capaz de interagir com os demais com sua própria língua.

REFERÊNCIAS

AMARILIAN, Maria Lúcia Toledo Moraes. **Psicologia do excepcional**. Coord. Clara Regina Rappaport. São Paulo: EPU, 1986.

Anais XVII Semana de Psicologia da UEM e IX Seminário de Pesquisa
da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
Saúde mental: as dimensões políticas da Psicologia – 24 a 27 de outubro
de 2016

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.
Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf>. Acesso em: 6
nov. 2015.

_____.Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Res.
CNE/CEB n.02/2001; Parecer CNE/CEB n. 017/2001. Brasília 2001. Disponível em:<
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2015.

_____.Lei Federal N. 10436 de 24 de abril de 2002: Dispõe sobre a Língua Brasileira de
Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília 2002. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 07 nov. 2015.

_____.Decreto Nº 5626/2005: Regulamenta a Lei nº 10436/2002, que dispõe sobre a.
Brasília 2005. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 06 nov. 2015.

LACERDA, Cristina B. F. de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos,
professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-
184, maio/ago. 2006. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a04v2669>>.
Acesso em: 08 nov. 2015.

MARINGÁ. Secretária de assistência social e cidadania SASC. Há 34 anos Anpacin
reabilita alunos com perdas auditivas. Disponível em:<
<http://www2.maringa.pr.gov.br/sasc/?cod=noticias/27402>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

PERLIN, Gladis T. T. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.) **A surdez: um olhar
sobre as diferenças**. 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

REILY, Lúcia. O papel da Igreja nos primórdios da educação dos surdos. **Rev. Brasileira de
Educação** v. 12 n. 35 maio/ago. 2007. Disponível em:<
<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n35/a11v1235.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

SANTANA, Ana Paula; BERGAMO, Alexandre. Cultura e identidade surdas: encruzilhada
de lutas sociais e teóricas. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 565-582, Maio/Ago. 2005.
Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a13v2691.pdf>>. Acesso em: 01 nov.
2015.

SCHEMBERG, Simone; GUARINELLO, Ana Cristina; MASSI, Giselle. O ponto de vista de
pais e professores a respeito das interações linguísticas de crianças surdas. **Rev. Bras. Ed.
Esp.**, Marília, v.18, n.1, Jan.-Mar 2012. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v18n1/a03v18n1.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2015

SKLIAR, Carlos. Os estudos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR,
Carlos (Org.) **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

SOFIATO, Cassia G.; REILY, Lucia. Justaposições: o primeiro dicionário brasileiro de
língua de sinais e a obra francesa que serviu de matriz. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 18, n.

Anais XVII Semana de Psicologia da UEM e IX Seminário de Pesquisa
da Pós-Graduação em Psicologia da UEM
Saúde mental: as dimensões políticas da Psicologia – 24 a 27 de outubro
de 2016

4, Out.-Dez., 2012. Disponível em:< Justaposições: o primeiro dicionário brasileiro de língua de sinais e a obra francesa que serviu de matriz>. Acesso em: 01 nov. 2015.